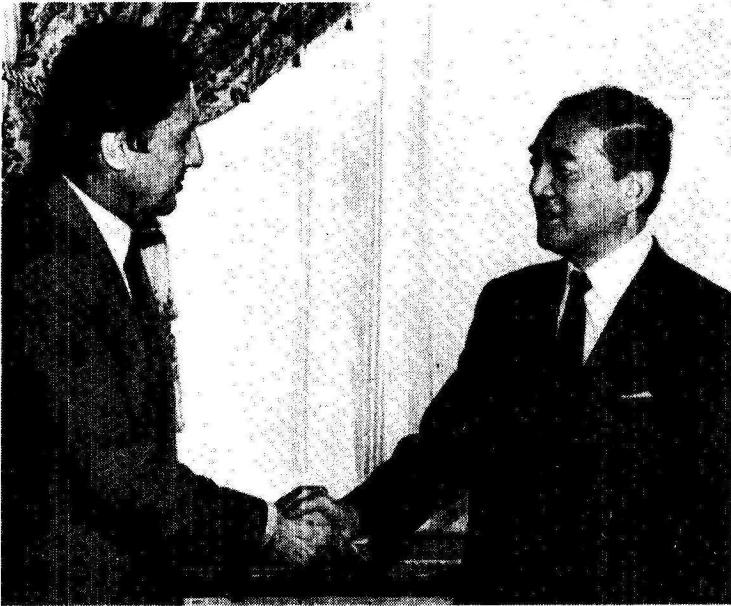


"LAMENTÁVEL"

É a opinião
japonesa sobre nossa
moratória.
Mas conseguimos
investimentos.

US\$ 80 MILHÕES

Esse foi o saldo da
visita de Funaro ao Japão.
Hoje ele volta ao Brasil.



Com Nakasone: críticas.



Com Tamura: "apoio à Albrás".

No seu último dia de viagem pelo Japão, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, recebeu uma boa notícia: a confirmação de que os japoneses vão investir mais US\$ 80 milhões na Albrás, um projeto de produção de alumínio para exportação localizado em Barcarena, no Pará. Foi uma boa compensação: afinal, em relação à dívida externa propriamente dita, o governo japonês não demonstrou grande entusiasmo pela tese brasileira de renegociar independentemente do FMI.

A associação nipo-brasileira em Barcarena já produziu, em 85, cerca de 120 mil toneladas de alumínio. O plano agora é manter nos próximos anos a média anual de 160 mil toneladas, para o que o Japão prometeu liberar recursos adicionais na construção de novas usinas de fundição a partir de abril. O governo japonês já investiu nesse projeto mais de US\$ 600 milhões e agora, mais do que nunca, tem interesse no negócio: nos últimos meses, sete das oito usinas de alumínio do país foram fechadas, por causa dos altos custos de produção, agravados pela supervalorização do iene.

Ao receber ontem, por 15 minutos, o

ministro brasileiro da Fazenda, o primeiro-ministro Yasuhiro Nakasone sugeriu maior apoio do governo Sarney a esse projeto, na forma de incentivos fiscais. Funaro, embora não quisesse comprometer-se formalmente com a proposta, garantiu que o governo brasileiro tem todo interesse na Albrás, que pode significar grande fonte de divisas para o País. "A decisão de reinvestir nesse projeto é o símbolo da amizade entre Brasil e Japão", comentou o ministro de Indústria e Comércio, Hajime Tamura, depois de acertar com Funaro como será daqui para a frente a associação.

Moratória

Mas, se no projeto para produção de alumínio Funaro conseguiu um apoio importante, o mesmo não pode ser dito sobre a decisão de suspender o pagamento dos juros da dívida externa. "Foi uma decisão lamentável", disse a ele o primeiro-ministro Nakasone, segundo informa Vicente Adorno, de Tóquio, deixando claro que para o Japão a medida em nada contribuirá para uma renegociação dos débitos brasileiros. Na sua opinião, o Brasil deveria aceitar a mediação do FMI para estabelecer seus

programas de recuperação econômica e facilitar o acesso a novos créditos.

Mas Funaro reafirmou que a política do governo Sarney está mais próxima do Banco Mundial, que defende maior ajuda dos países industrializados ao Terceiro Mundo, e não do FMI, que propõe programas recessivos. "O povo brasileiro não aceita mais esse tipo de solução", disse o ministro em entrevista após o encontro. Assim como faria depois o presidente do Banco de Tóquio, Minoru Inoue, Nakasone disse a Funaro que o Brasil deve apresentar o quanto antes um plano de reabilitação para obter a compreensão de seus credores.

Ao lado do presidente do Banco Central, Francisco Góes, Funaro respondeu a ambos que ao Brasil não interessa a monitoração do FMI, cuja cúpula, apesar de algumas mudanças de ponto de vista nos últimos tempos, ainda não assumiu uma posição clara como a do Bird, que reconhece a necessidade de preservar o crescimento dos países endividados. Assessores de Funaro disseram que a imprensa vem exagerando essa discussão: para eles, em nenhum momento de sua viagem Funaro foi pressionado a aceitar a monitoração do Fundo.